

Informativo online do

# CAOP



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**JULHO****Especial Infância, Juventude e Família**

No mês de Julho o Informativo Online do Caop dá destaque às matérias relacionadas à Infância, Juventude e Família.

**1. Atuação do MP**

- **CONCURSO DA ALE:** MPRR ajuíza ação para que Funrio possibilite apresentação de recursos (Peça)
- **ASSISTENTE LEGISLATIVO:** MPRR e Funrio firmam acordo para a realização de novas provas (TAC)
- **RORAINÓPOLIS:** MPRR consegue na Justiça a convocação de aprovados em concurso público (Peça) (Decisão)
- MPRR consegue na justiça embargo de sete loteamentos de Rorainópolis (Peça) (Decisão)
- **MUCAJÁ:** MPRR denuncia cinco pessoas por xenofobia e incitação ao crime (Peça)
- MPRR consegue na Justiça o bloqueio de R\$ 3 bilhões das contas do IPER (Peça) (Decisão)
- **AÇÃO DO MPRR:** Decisão obriga que instituições financeiras retirem servidores públicos estaduais com consignados do cadastro de negativados (Peça)
- MPRR celebra TAC com IATE CLUBE DE BOA VISTA para adequações às normas de segurança dos usuários em casos de incêndio e pânico (TAC) (Portaria de Instauração PA)
- **HOMICÍDIO NO CSE:** MPRR ajuíza representação contra treze adolescentes (Peça)
- Pedido de Regressão e Internação de adolescente que descumpriu medida socioeducativa com a prática de ato infracional, tentativa de homicídio e integrante de organização criminosa.
- MPRR oferece representação por prática de atos infracionais equivalente aos crimes de estupro de vulnerável e corrupção de menor.

**Especial Infância, Juventude e Família**

- Lei de Alienação Parental é alvo de questionamentos
- Roraima terá uma 2ª Vara da Infância e Juventude: de acordo com juiz, nova vara será inaugurada em Agosto
- Justiça Itinerante levará atendimento a abrigo de imigrantes

**Expediente**

Elba Christine Amarante de Moraes  
Procuradora-Geral de Justiça

Cleonice Andrigo Vieira  
Corregedora-Geral

Stella Maris Kawano D'Avila  
Procuradora de Justiça e Diretora do CAOP

Zedequias de Oliveira Júnior  
Promotor de Justiça e Coordenador NAP - Cível

André Paulo dos Santos Pereira  
Promotor de Justiça e Coordenador do NAP - Criminal

Márcio Rosa da Silva  
Promotor de Justiça e Coordenador do NINA

Sandra Mara Cordeiro Pinto  
Assessora Jurídica do CAOP

Fernando Mendes Ferreira Leite  
Assessor Jurídico

Déborah Priscila Bossan  
Assistente Administrativo

**Temas de Pesquisa Pronta do STJ:**

- Compensação de prestação alimentícia
- Direito de habitação da companheira ou do companheiro sobrevivente
- Adoção à brasileira, adoção unilateral e filiação socioafetiva
- Prescrição ou decadência em ações de investigação de paternidade
- Comprovação de esforço comum para partilha de bens em caso de união estável
- Alteração do regime de bens na constância do casamento
- Prevalência do interesse do menor na guarda compartilhada
- Prevalência dos interesses da pessoa interditada nas ações de interdição
- Partilha de bens na relação homoafetiva
- Análise da possibilidade ou não de pagamento de aluguel ou indenização pela ocupação exclusiva de imóvel comum por um dos ex-cônjuges
- Número mínimo de atos infracionais graves para a caracterização das reiterações, a fim de justificar a imposição de medida socioeducativa de internação
- Limite de idade para cumprimento de medida socioeducativa
- Vulnerabilidade da criança e do adolescente nos crimes contra a dignidade sexual e pedofilia

**2. Resoluções**

- **RESOLUÇÃO CPJ Nº 005, DE 26 DE JULHO DE 2018** – Majora o valor da Bolsa-Auxílio paga aos Estagiários de Ensino Superior e de Nível Médio do Ministério Público do Estado de Roraima, fixados pela Resolução CPJ nº 005, de 17 de julho de 2017 e pelo ATO nº 050, de 21 de agosto de 2015. (DJE nº 6255, de 27/07/18, p. 42/71)

**3. CNMP**

- CNMP realiza seminário sobre investigação e negociação ambiental : Inscrições estarão abertas de 4 de julho a 13 de agosto
- Encerrada a I Mostra de Projetos do Ministério Público
- CNMP participa do 3º Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura
- Maioria das unidades e ramos do MP alcança mais de 99% em avaliação dos Portais da Transparência
- Recomendação estabelece parâmetros para avaliação da resolutividade na atuação do Ministério Público

- PORTARIA CNMP-CN N° 165, DE 04 DE JULHO 2018 - Estabelece a organização interna e as atribuições das unidades da Corregedoria Nacional do Ministério Público.
- PORTARIA CNMP-PRESI N° 88, DE 16 DE JULHO DE 2018 - Designa Coordenadores do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público.
- Resolução publicada trata da apresentação de documentos por ocupantes de cargo em comissão no MP
- Resolução alinha tratamento da Notícia de Fato à atuação resolutiva do MP brasileiro
- Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP inicia a quarta fase do Programa de Capacitação em Governança e Gestão de TI
- Ampliado o prazo para as unidades do MP enviarem relatórios de planos estratégicos ao CNMP
- Publicada resolução que trata de nepotismo no Ministério Público
- Recomendação estimula a criação de grupos de atuação na defesa dos recursos hídricos no MP
- UNCMP capacita promotores de Justiça em curso sobre técnicas de mediação de conflitos

#### 4. Notícias e Jurisprudências

##### STF

- **Ministra Cármen Lúcia quer chegar a 1000 júris de feminicídio:** Em reunião com os coordenadores estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a presidente do CNJ e do STF lembrou que faltam apenas cinco júris para alcançar o número, o que mostra ao Brasil a resposta dos tribunais sobre esse tema de impacto mundial.
- **Partido questiona leis municipais que proíbem discussão sobre questões de gênero nas escolas:** A ação ajuizada pelo PSOL questiona leis de dois municípios de Pernambuco que proíbem, em plano municipal de educação, práticas pedagógicas que abordem questões sobre identidade de gênero.
- **ADPF questiona lei municipal que proíbe pulverização aérea de agrotóxicos**
- **Rejeitado recurso de ex-prefeito de Campo Grande (MS) condenado por corrupção passiva:** O relator do caso, ministro Dias Toffoli, não verificou qualquer ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia (anormalidade) na decisão do STJ que negou habeas corpus lá impetrado.
- **Partido questiona decisão do TCU sobre destinação de recursos complementares do Fundef:** O ato da corte de contas afastou a destinação de percentual de 60%, em relação a verbas recebidas por entes federados em decorrência de diferenças do Fundef, para pagamento de professores.
- **Ministro rejeita trâmite de HC impetrado por cidadão em nome do ex-presidente Lula:** O decano da Corte, ministro Celso de Mello, explicou que o STF não detém competência originária para processar e julgar habeas corpus impetrado contra ato de Tribunal Regional Federal.
- **Revogada prisão preventiva de acusado de tráfico de pequena quantidade de droga:** Ao conceder liminar em Habeas Corpus (HC 159731), o ministro Celso de Mello entendeu que a decisão que decretou a custódia apoiou-se em elementos insuficientes, sendo destituída de fundamentação válida.

- **Associação questiona cobrança de ICMS sobre programas de computador:** Em razão da relevância da matéria, o ministro Dias Toffoli aplicou à ação o procedimento abreviado prevista na Lei das ADIs, a fim de que a decisão seja tomada em caráter definitivo pelo Plenário do STF, sem prévia análise do pedido de liminar.
- **Ministro nega trâmite de ação contra benefícios de ex-presidentes da República:** Segundo explicou o decano da Corte, ministro Celso de Mello, o Supremo não tem atribuição constitucional para julgar, originariamente, ação popular.
- **Ministro julga improcedente ação de associações de magistrados sobre exigências para porte de armas:** O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou improcedente pedido formulado por três associações de magistrados para declarar a ilegalidade da exigência de comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para que juízes possam adquirir, registrar e renovar o porte de arma de fogo.

**STJ****Administração Pública**

- Município tem legitimidade para mover ação civil pública em defesa de servidores contra banco
- Mantido afastamento de vereador acusado de desviar verbas de município mineiro

**Cível**

- Informativo de Jurisprudência aborda restabelecimento de nome de solteiro
- Mero desejo pessoal não justifica alteração do prenome
- Terceira Turma admite alimentos em valores distintos para filhos de diferentes relacionamentos

**Crime e Segurança Pública**

- Alteração de marco para concessão de benefícios da execução penal, por unificação das penas, não tem respaldo legal
- Guarda de drogas permite prisão dentro de domicílio mesmo sem mandado judicial
- Exigência de perícia para concessão de liberdade condicional requer fundamentação concreta
- Rejeitado pedido de anulação de falta grave por apologia ao PCC em presídio
- Acusada de tentar vender gerador cedido pela Eletronorte a comunidade do Pará permanece presa
- Preso em flagrante com mais de uma tonelada de maconha tem pedido de liberdade negado
- Negada prisão domiciliar para acusado de mandar sequestrar idoso e exigir resgate de R\$ 20 milhões
- Ministra Laurita Vaz nega 143 habeas corpus padronizados em favor do ex-presidente Lula
- Mãe acusada de traficar drogas na própria casa tem pedido de prisão domiciliar indeferido

- Economista preso na Operação Cadeia Velha tem pedido de liberdade negado
- Identificação posterior de numeração pela perícia não afasta crime de porte de arma de uso restrito
- Mantida prisão preventiva de homem denunciado pela morte da ex-namorada grávida
- Policial denunciado por integrar organização criminosa em São Gonçalo (RJ) continua preso
- Presidente do STJ concede liminar para afastar hediondez em tráfico privilegiado de drogas
- Ministra determina soltura de réu preso com base em enunciado contrário à jurisprudência
- Mantida prisão preventiva de homem acusado de tentar matar quatro policiais
- Pedido de liberdade ao ex-presidente Lula é negado liminarmente pelo ministro Humberto Martins
- Suspensa aplicação de falta grave que não foi objeto de procedimento administrativo disciplinar
- Exercício da função de flanelinha sem registro não configura contravenção penal
- Humberto Martins nega pedido para ex-presidente conceder entrevistas dentro da prisão
- Deputado do Amazonas condenado por abuso de poder econômico tem negado pedido de suspensão de execução da pena
- Indulto previsto pelo Decreto 8.615, de 2015, não exige parecer do Conselho Penitenciário
- Unificação de penas não pode alterar marco temporal para concessão de benefícios da execução penal
- Exame toxicológico de entorpecente apreendido é necessário para comprovar materialidade delitiva
- STJ nega habeas corpus a pastores acusados de estelionato e lavagem de dinheiro
- HC não pode ser usado para contestar decisão em agravo que negou direito a visita
- Mantida prisão de vereadora de Cabedelo (PB) denunciada por participação em organização criminosa
- Investigado por integrar suposto grupo criminoso que arrecadou quase R\$40 milhões permanece preso

### **Diversos**

- Nova presidência do STJ toma posse no dia 29 de agosto
- Boletins de precedentes estão disponíveis no portal do STJ
- STJ decidiu quase 200 casos por dia durante o recesso

### **Educação**

- União consegue suspensão de execuções relativas a complementações do Fundef

**Meio Ambiente**

- Negada liminar para suspender processo de crime ambiental contra ex-senador Gilvam Borges (AP)

**Mulher**

- Homem que esfaqueou companheira por ela ter pedido a separação deve continuar em prisão preventiva

**Saúde**

- Negado pedido para restabelecer repasse do Ministério da Saúde a município que não tem médico

**TJRR****CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL - RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS - DEMONSTRAÇÃO DE CONVIVÊNCIA PÚBLICA, CONTÍNUA E DURADOURA ENTRE O PERÍODO DE 1991 A 2015 - APLICAÇÃO DO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS - INTELIGÊNCIA DO ART. 1.725 DO CÓDIGO CIVIL - DEVER DE PARTILHA DO IMÓVEL ADQUIRIDO NA CONSTÂNCIA DA RELAÇÃO CONJUGAL NA FRAÇÃO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) PARA CADA CONVIVENTE - RÉU QUE NÃO SE DESINCUMBIU EM DEMONSTRAR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DA AUTORA - RECURSO DESPROVIDO. Havendo nos autos elementos que demonstrem a convivência pública, duradoura e contínua entre as partes no período de 1991 a 2015, imperioso se faz o reconhecimento da união estável. Nos termos do art. 1.725 do Código Civil, aplica-se à união estável o regime de comunhão parcial de bens, devendo, portanto, serem partilhados os bens adquiridos na constância do relacionamento conjugal na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um dos conviventes.

Se o réu, ora apelante, não se desincumbiu em comprovar o término da relação em 2012 e tampouco a existência do veículo e as benfeitorias que afirma ter realizado no imóvel após o término da relação, impossível o acolhimento de tais argumentos. (TJRR – AC 0010.16.802998-0, Rel. Des. TANIA VASCONCELOS, 1ª Turma Cível, julg.:06/07/2018, public.: 12/07/2018, p. 06)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - LIMINAR DEFERIDA PARA QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO E FISCAL DE AGENTES PÚBLICOS - RECURSO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - FALTA DE INTERESSE RECURSAL - NÃO CONHECIMENTO.

1. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "não se pode conceber a possibilidade de que uma mesma defesa técnica em juízo possa, a um só tempo, atender simultaneamente ao interesse público da entidade alegadamente lesada e ao interesse pessoal do agente a quem se atribui a ofensa descrita na Lei de Improbidade" (STJ, REsp 1239153/MG, Primeira Turma, Rel.: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro Sérgio Kukina - p.: 29/11/2016).

2. Olvidando o agravante do indispensável interesse recursal, impõe-se o não conhecimento do inconformismo. (TJRR – AgInst 0000.17.001543-2, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, 1ª Turma Cível, julg.: 21/06/2018, public.: 05/07/2018, p. 20)

**CRIMINAL**

APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO POR ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA BRANCA (ART. 157, § 2º, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL) 1) PEDIDO ABSOLUTÓRIO SOB ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA – PLEITO INCONSISTENTE – MATERIALIDADE E AUTORIA CABALMENTE COMPROVADAS 2) PEDIDO DE REDUÇÃO DA PENA-BASE – IMPOSSIBILIDADE – PRESENÇA DE DUAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS



DESFAVORÁVEIS 3) AFASTAMENTO DE OFÍCIO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PELO EMPREGO DE ARMA BRANCA – VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.654/2018 QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO § 2º DO ART. 157 DO CÓDIGO PENAL – POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DE LEI MAIS BENÉFICA AO RÉU (ART. 5º, XL, CF) – NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DA PENA COM EXCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1) Alegação de negativa de autoria repelida por robusto conjunto probatório, sendo que na abordagem, o policial militar viu o acusado descartar a faca usada para praticar o delito, tendo a res sido apreendida em poder do mesmo. Palavra da vítima em consonância com as demais provas dos autos.

2) Pedido de redução da pena-base, que não encontra guarida, devido duas circunstâncias judiciais terem sido valoradas contra o agente. A pena-base foi fixada até favoravelmente ao acusado.

3) Exclusão de ofício da causa de aumento por uso de arma branca. Vigência de lei posterior benéfica ao acusado. Aplicação do princípio previsto no artigo 5º, XL, da Constituição Federal. (TJRR – ACr 0010.15.001178-0, Rel. Des. JESUS NASCIMENTO, Câmara Criminal, julg.: 17/07/2018, public.: 19/07/2018, p. 17)

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL, SENTENÇA CONDENATÓRIA. ART. 157, §2º, INC. I E II DO CÓDIGO PENAL EM CONCURSO MATERIAL COM ART. 244-B DA LEI 8.069/90. RECURSO MINISTERIAL. PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO DE UM DOS RÉUS POR RECEPÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS (MOTIVO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME). INVIABILIDADE. MOTIVO E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME ÍNSITOS AO PRÓPRIO TIPO PENAL. EXASPERAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE DUAS MAJORANTES. IMPOSSIBILIDADE. RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA. DECOTE DA MAJORANTE DE EMPREGO DE ARMA. NOVATIO LEGIS IN MELLIUS. RECURSO DEFENSIVO. DECOTE DA VALORAÇÃO NEGATIVA DO VETOR CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. POSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DOS MAUS ANTECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA COM A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE. RÉU REINCIDENTE ESPECÍFICO EM CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. PREPONDERÂNCIA DA AGRAVANTE. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO NO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. ALEGAÇÃO DE QUE A ADOLESCENTE INFRATORA JÁ ERA CORROMPIDA À ÉPOCA DO DELITO. IRRELEVÂNCIA. CRIME DE NATUREZA FORMAL. DESNECESSIDADE DE RESULTADO NATURALÍSTICO. DESCARACTERIZAÇÃO DO CONCURSO MATERIAL DE CRIMES. INVIABILIDADE. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. INOCORRÊNCIA. COAUTORIA CONFIGURADA. DOSIMETRIA REDIMENSIONADA DE OFÍCIO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO IMPROVIDO E DA DEFESA PARCIALMENTE PROVIDO EM CONSONÂNCIA PARCIAL COM O PARECER MINISTERIAL.

1. A ausência de provas de que o réu tinha conhecimento da origem ilícita dos bens inviabiliza a sua condenação por receptação.

2. A não recuperação dos objetos roubados não é suficiente para a exasperação da pena-base, conforme precedentes do STJ.

3. A existência de condenação por fato anterior gera maus antecedentes e justifica manutenção da valoração negativa de tal vetor.

4. Os crimes de roubo e corrupção de menores são ilícitos autônomos, que tutelam bens jurídicos distintos e que se originaram de mais de uma conduta.

5. Com a revogação do inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal deve ser aplicada a novatio legis in mellius, excluindo-se a aludida causa de aumento do cálculo da pena. (TJRR – ACr 0010.14.005987-3, Rel. Juiz(a) Conv. LUIZ FERNANDO MALLETT, Câmara Criminal, julg.:

APELAÇÃO CRIMINAL DA DEFESA – CONDENAÇÃO PELO DELITO DO ART. 33, § 4º, E ART. 35 C/C § 4º, C/C ART. 33, TODOS DA LEI N. 11.343/2006 NA FORMA DO ART. 69 DO CP. 1) PEDIDO CONJUNTO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PORTE PARA USO – DESCABIMENTO – TRAFICÂNCIA COMPROVADA, COM APREENSÃO DE BALANÇA DE PRECISÃO E PROVA TESTEMUNHAL UNÍSSONA. 2) PEDIDO DE APLICAÇÃO DAS PENAS-BASES NO MÍNIMO LEGAL – AUSÊNCIA DE INTERESSE PRÁTICO – PENAS BASE QUE FICARAM NO MÍNIMO APÓS A APLICAÇÃO DA MENORIDADE RELATIVA PARA AMBOS OS RÉUS. 3) AJUSTE DAS PENAS FIXADAS – EQUÍVOCO NA APLICAÇÃO DA CAUSA DE REDUÇÃO – EFEITO DA AMPLA DEVOLUTIVIDADE DO



RECURSO DA DEFESA – PENAS REDIMENSIONADAS APÓS CORREÇÃO DE CÁLCULO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE PARA RECALCULAR AS PENAS – VOTO EM CONSONÂNCIA PARCIAL COM O PARECER MINISTERIAL.

1. Apelantes que mantinham na residência droga e balança de precisão, apetrecho que caracteriza a traficância, além de confirmação em juízo por policiais militares que atenderam a ocorrência quanto ao comércio de entorpecente realizado no local, restando impossível a desclassificação para uso;
2. Penas-bases que após a aplicação da atenuante da menoridade relativa para ambos réus ficaram no patamar mínimo. Ausência de interesse prático de acordo com a Súmula 231 do STJ
3. Verificação de ofício de equívoco no cálculo de causa de redução de pena. Reprimendas ajustadas com o emprego da substituição prevista no art. 44 do CP. Aplicação do efeito da ampla devolutividade do recurso da defesa. (TJRR – ACr 0010.14.004120-2, Rel. Des. JESUS NASCIMENTO, Câmara Criminal, julg.: 17/07/2018, public.:

DIREITO PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO NAS PENAS DO ART. 157, § 3º, DO CP – ALEGAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA – INAPLICABILIDADE – O APELANTE TEVE A IDEIA DA REALIZAÇÃO DO ROUBO, FORNECENDO INFORMAÇÕES ESSENCIAIS ACERCA DA ROTINA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL, FACILITANDO A AÇÃO DOS CORRÉUS – DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA ROUBO – IMPOSSIBILIDADE – PROVA DA CIÊNCIA DO APELANTE DE QUE UMA ARMA DE FOGO SERIA UTILIZADA, PREVISIBILIDADE DE CONSEQUÊNCIAS MAIS GRAVES – PEDIDO DA REDUÇÃO DA PENA BASE – POSSIBILIDADE – EXACERBAÇÃO DA PENA MÍNIMA DESPROPORCIONAL AO NÚMERO DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS VALORADAS NEGATIVAMENTE – PENA REDIMENSIONADA, FICANDO, AO FINAL, NO MÍNIMO LEGAL – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. No crime de latrocínio, independente de quem tenha disparado o projétil que deu causa à morte da vítima, o resultado é mero desdobramento da empreitada criminosa, e todos os coautores incidem no mesmo delito, e conseqüentemente, a sanção penal atinge de igual forma todos os agentes;
2. No crime de roubo, a ciência da utilização de arma de fogo na empreitada criminosa torna o resultado mais grave (latrocínio) previsível, o que afasta a desclassificação para o crime de roubo quanto a um dos agentes;
3. Na primeira fase de aplicação da pena, embora exista margem de discricionariedade do julgador ao analisar as circunstâncias judiciais, a pena base deve guardar proporcionalidade com o número de vetoriais valoradas negativamente. (TJRR – ACr 0010.17.818484-1, Rel. Des. JESUS NASCIMENTO, Câmara Criminal, julg.: 24/07/2018, public.: 25/07/2018, p. 06)

DIREITO PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO NAS PENAS DO ART. 214 C/C ART. 224, "A", AMBOS DO CP. 1) PEDIDO ABSOLUTÓRIO COM BASE NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO – INCONSISTÊNCIA – ROBUSTO ACERVO PROBATÓRIO APONTANDO PARA A CULPABILIDADE DO ACUSADO; 2) REDUÇÃO DA PENA BASE PARA O MÍNIMO LEGAL – IMPOSSIBILIDADE – PENA BASE JÁ APLICADA NO PATAMAR MÍNIMO COMINADO PARA O TIPO PENAL – REPRIMENDA MANTIDA; 3) MUDANÇA DE OFÍCIO DO REGIME PRISIONAL FIXADO NA SENTENÇA – STF RECONHECEU, APÓS A PROLAÇÃO DO DECISUM SENTENÇA, A INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ARTIGO 2º DA LEI DE CRIME HEDIONDOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA FIXAR O REGIME SEMI ABERTO COMO O INICIAL PARA CUMPRIMENTO DA PENA.

1. A negativa isolada de autoria por parte do réu em juízo não enseja a aplicação do princípio do in dubio pro reo, sendo necessária a dúvida razoável no contexto dos fatos. No caso houve a prova da materialidade com a confissão policial, na presença de advogado constituído e a palavra da pequena ofendida, em consonância com as demais provas dos autos.
2. É impossível a fixação da pena aquém do mínimo cominado em lei, quando não houver a presença de nenhuma causa de redução de pena.
3. Mudança de ofício do regime prisional de fechado para o semiaberto em virtude do reconhecimento pelo STF, quando do julgamento do HC n.º 111.840, de 27/06/2012, da inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei de Crimes Hediondos. (TJRR – ACr 0030.02.000461-7, Rel. Des. JESUS NASCIMENTO, Câmara Criminal, julg.: 24/07/2018, public.: 25/07/2018, p. 07)

## CONSTITUCIONAL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI ESTADUAL QUE ESTABELECE NORMAS DE COBRANÇA DE ESTACIONAMENTO PRIVADO - COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. É inconstitucional lei estadual que estabelece regras para a cobrança em estacionamento de veículos. (TJRR – ADin 0000.17.600036-2, Rel. Des. TANIA VASCONCELOS, Tribunal Pleno, julg.: 04/07/2018, public.: 05/07/2018, p. 04)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL N.º 1.785/2017 - NORMAS DE SEGURANÇA, MANUTENÇÃO E ACESSIBILIDADE AOS PARQUES INFANTIS PÚBLICOS E PARTICULARES DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - VÍCIO DE INICIATIVA E AUMENTO DE DESPESAS SEM PRÉVIA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NÃO CONFIGURADOS - PEDIDO IMPROCEDENTE.

O ato normativo não padece de vício de iniciativa se a matéria nele contida não está restrita à competência do executivo municipal e tampouco aumentou ou criou despesas sem prévia dotação orçamentária. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente, declarando-se, conseqüentemente, a constitucionalidade da Lei Municipal n. 1.785/2017. (TJRR – ADin 0000.17.002611-6, Rel. Des. TANIA VASCONCELOS, Tribunal Pleno, julg.: 21/06/2018, public.: 03/07/2018, p. 03)

## EDUCAÇÃO

REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - APROVAÇÃO EM VESTIBULAR - AVANÇO ESCOLAR - POSSIBILIDADE - ART. 24, V, C DA LEI N.º 9394/2009 - DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO AOS NÍVEIS ELEVADOS DE ENSINO - ART. 208, V DA CF - DEMONSTRAÇÃO DE MATURIDADE E CAPACIDADE INTELECTUAL DO ALUNO - SENTENÇA CONFIRMADA. (TJRR – RemNec 0010.17.800066-6, Rel. Des. TANIA VASCONCELOS, 1ª Turma Cível, julg.: 21/06/2018, public.: 05/07/2018, p. 16)

## MEIO AMBIENTE

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - CRIME AMBIENTAL - IMPRESCRITIBILIDADE - DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS - MULTA DEVIDA - TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL - RECURSO DESPROVIDO. (TJRR – AC 0010.14.800410-3, Rel. Des. TANIA VASCONCELOS, 1ª Turma Cível, julg.: 06/07/2018, public.: 12/07/2018, p. 06)

## TCU

- **Medida cautelar do TCU suspende uso de verbas de precatórios do Fundef:** O Tribunal avaliará os critérios de uso das verbas dos precatórios do Fundef – se eles podem ser usados para remuneração, pagamento de passivos trabalhistas ou bônus de professores, por exemplo. O passivo da União em relação a erros de cálculo no âmbito do Fundef pode alcançar R\$ 90 bilhões
- **Operação Ressonância contou com a colaboração técnica do TCU:** Em todas as licitações na saúde do Rio de Janeiro, analisadas pelo Tribunal, foram constatados elementos de direcionamento, valores pagos a maior na execução contratual, falta de prestação de contas e superfaturamento
- **Geocontrole: TCU desenvolve sistema pioneiro de análise de imagens de satélites:** O Tribunal será pioneiro entre as entidades fiscalizadoras superiores de todo o mundo na análise de imagens de satélites especificamente para as atividades de controle externo. Trata-se de parceria da Corte de Contas com a UnB e a UFMG
- **TCU vai analisar termos do acordo de leniência com a Odebrecht:** O Tribunal avaliou não ser necessário determinar, por medida cautelar, a suspensão do acordo, firmado entre AGU, CGU e a empresa. No entanto, todos os pontos serão devidamente avaliados, sob a relatoria do ministro Bruno Dantas.

- **Contrato de R\$ 11 mi para raios-X em penitenciárias do Paraná é irregular:** O TCU constatou que empresa em questão tem outros contratos, para o mesmo objeto, por inexigibilidade de licitação, em Estados como Acre, Pernambuco e Sergipe. Serão instaurados novos processos para verificar cada contrato.
- **Dívida pública cresce em patamar superior ao do G7 no período da LRF:** A constatação é de auditoria do TCU que avaliou os fatores para a evolução da dívida pública no período de 2000 a 2017. Houve aumento de R\$ 1,9 trilhão na Dívida Bruta do Governo Geral, informa o ministro-relator Aroldo Cedraz.
- **Saiba como aprimorar a gestão de riscos na sua instituição:** Você pode acessar gratuitamente o "Referencial Básico de Gestão de Riscos", lançado recentemente pelo TCU, para apoiar gestores do setor público e do privado no uso de boas práticas de governança e gestão de riscos operacionais.
- **Presidente do TCU entrega ao TSE lista dos gestores com contas irregulares:** A lista contém 7.431 pessoas cujas contas foram julgadas irregulares pelo TCU nos últimos 8 anos. Elas podem ser declaradas inelegíveis pela Justiça Eleitoral. O Estado com mais nomes é o Maranhão, com 659, depois vem o Rio de Janeiro, 614.
- **Auditoria do TCU vai verificar qualidade da fiscalização agropecuária do Mapa:** Sob a relatoria do ministro-substituto Weder de Oliveira, o trabalho do Tribunal tem o objetivo de avaliar a inspeção agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os processos administrativos decorrentes.
- **PGR recebe lista de gestores irregulares das mãos do presidente do TCU:** Os dados já estão disponíveis para acesso por qualquer cidadão. O Tribunal de Contas da União disponibiliza o sistema de contas julgadas irregulares na internet. A busca pode ser por nome ou CPF, Estado ou município.

**TSE**

- Emissoras não podem transmitir programas apresentados por pré-candidatos - Descumprimento pode gerar multa à emissora e o cancelamento do registro de candidatura
- Eleições 2018: nova resolução prevê auditoria para verificar integridade da urna no dia da votação - Representantes de partidos políticos, da OAB e do Ministério Público poderão acompanhar procedimentos
- TSE e Correios firmam protocolo para emissão de Documento Nacional de Identidade - Projeto-piloto permitirá que funcionários da Agência Central dos Correios, em Brasília, obtenham o documento digital
- Campanha do TSE estimula voto consciente nas Eleições 2018
- Eleições 2018: propaganda intrapartidária é permitida a partir desta quinta-feira (5) - Peças publicitárias deverão ser imediatamente retiradas após as convenções para a escolha dos candidatos
- Eleições 2018: confira proibições a agentes públicos a três meses do pleito - Entre as condutas vedadas estão nomear, contratar ou admitir, demitir sem justa causa ou impedir o exercício funcional de servidor público
- Rosa Weber nega liminares e mantém divulgação de matérias sobre Ciro Gomes - Diretório Nacional do PDT solicitou retirada de textos de diversos veículos, entre os quais Folha-UOL e Portal Nordeste 1, além de vídeos do YouTube

- Código Eleitoral completa 53 anos neste domingo (15) - Dividido em cinco partes, o Código trata da organização da Justiça Eleitoral, do alistamento e dos sistemas eleitorais, dos atos preparatórios para votação, entre outros pontos
- Eleições 2018: prazo para requerer voto em trânsito começa nesta terça-feira (17) - Pedido pode ser apresentado à Justiça Eleitoral até o dia 23 de agosto. Esse tipo de votação ocorre em cidades com mais de 100 mil eleitores
- Facebook e WhatsApp criam canais diretos de comunicação com a Justiça Eleitoral - Iniciativa cumpre norma do TSE e visa agilizar o cumprimento de decisões judiciais a respeito de conteúdo de cunho eleitoral divulgado por meio das duas plataformas
- Justiça Eleitoral divulga relação de locais onde haverá voto em trânsito nas Eleições 2018 - A consulta pode ser feita por Unidade da Federação, município e bairro. A lista de locais será atualizada periodicamente até o dia 23 de agosto
- Eleições 2018: convenções partidárias para escolha de candidatos podem ser realizadas a partir desta sexta-feira (20) - Até dia 5 de agosto, partidos devem determinar quem concorrerá nas Eleições Gerais deste ano e definir eventuais coligações
- Processos eleitorais terão prioridade de tramitação a partir desta sexta-feira (20) - Estão ressalvados somente processos de habeas corpus e mandado de segurança
- Enquetes e sondagens estão proibidas nas Eleições 2018 - A partir desta sexta-feira (20), esse tipo de sondagem de opinião será punido com multa prevista na Lei das Eleições
- TSE recebe lista de gestores públicos que tiveram contas rejeitadas pelo TC - Tribunal dará publicidade às informações para que MP, partidos, candidatos ou coligações possam eventualmente pedir a declaração de inelegibilidade de candidatos com contas irregulares
- Perfis de candidatos, status de candidaturas e prestações de contas eleitorais de 2018 são disponibilizados na internet - O sistema DivulgaCandContas permite consultar informações biográficas, fiscais e jurídicas sobre candidaturas

## **TRE-RR**

- Confira as condutas vedadas aos agentes públicos a partir de 7 de julho
- Divulgação de pesquisa sem registro ou falsa pode gerar multa de até R\$ 106 mil

## **5. Dicas de Leitura**

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO - A história constitucional da infância no Brasil à luz do caso do menino Bernardino

## 6. Legislação

### Estadual

- **LEI Nº 1271 DE 11 DE JULHO DE 2018** - Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula escolar (pág.1)
- **LEI Nº 1272 DE 11 DE JULHO DE 2018** - Torna dispensável a exigência, pelo Poder Público Estadual, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências (pág.1)
- **LEI Nº 1275 DE 13 DE JULHO DE 2018** - Assegura aos alunos diabéticos, hipertensos, celíacos, fenilcetonúricos e com intolerância à lactose, cardápio de alimentação escolar especial, adaptado à respectiva condição de saúde (pág.2)
- **LEI Nº 1276 DE 13 DE JULHO DE 2018** - Garante aos alunos das instituições públicas e privadas de ensino do Estado de Roraima o acesso à água potável e filtrada e dá outras providências (pág.2)

### Municipal

- **LEI Nº 1.903, DE 25 DE JULHO DE 2018** - Dispõe sobre a Previdência Social dos servidores públicos municipais de Boa Vista (PRESSEM), sua estrutura e dá outras providências.

## 7. Notícias Senado e Câmara

### Senado

#### Roraima

- Prazo de vigência da MP dos recursos para atender imigrantes da Venezuela expirou

#### Administração Pública

- Aprovado projeto que permite consórcios de estados e municípios para empréstimos

#### Cível

- Proposta que amplia casos de perda de poder familiar passa pela CCJ e vai para Plenário
- Juiz deverá consultar pais e MP sobre ocorrência de violência antes de definir guarda de filhos
- Companheiro poderá ter mesmos direitos sucessórios do cônjuge no Código Civil

#### Constituição

- Carta garantiu direitos no campo e nas cidades
- PEC dá fim a critério político para composição dos tribunais de contas

#### Crime e Segurança Pública

- Prisão após condenação em segunda instância está na pauta da CCJ
- CPI dos Maus-Tratos analisará 26 minutas de projetos

- Projeto prevê regras para 'saidões' de presos e indenização às famílias de vítimas de criminosos
- Autorização para porte de arma poderá dispensar comprovação de necessidade
- Divulgar fotografias de vítimas de acidentes pode se tornar crime
- Colaboração de servidores com tráfico de drogas pode se tornar crime hediondo

### **Diversos**

- Da ideia ao Diário Oficial O desafio de acompanhar a tramitação de uma lei
- Projeto prevê prêmio por denúncia que ajude a recuperar dinheiro público
- Projeto de lei geral de proteção de dados pessoais é aprovado no Senado
- Lei vai coibir violação e mau uso de dados Regras valem para o mundo analógico e para a rede mundial de computadores
- Congresso Nacional aprova Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019
- Lei cria Política Nacional de Leitura e Escrita
- Faxina de banheiros públicos poderá ter adicional de insalubridade

### **Educação**

- Comissão de Educação analisa 194 projetos

### **Infância e Juventude**

- Atenção conjunta à primeira infância é primordial para o futuro do país, mostra debate
- Ampliação de apadrinhamento afetivo é aprovada em comissão
- Comissão analisa criação de sistema integrado de investigação sobre menores desaparecidos

### **Meio Ambiente**

- Proposta reforça proibição de descarte de lixo em lugares públicos
- Projeto proíbe contrato do governo com causador de dano ambiental
- Micropartículas de plástico em produtos de limpeza e cosméticos podem ser proibidas
- Georreferenciamento gratuito para até 15 módulos fiscais está em análise na CAE
- Proposta tenta mudar a forma como o país lida com a água

### **Mulher**

- Senado aprova novas leis para diminuir violência contra mulheres



## Processo e Justiça

- Projeto autoriza intimações judiciais por WhatsApp
- Projeto garante acesso de advogados a processos eletrônicos

## Saúde

- Filas para certificar medicamentos foram reduzidas, afirma presidente da Anvisa
- Lei institui Dia Nacional de Doenças Raras
- Representante da ANS admite reformular cálculo que permitiu reajuste de 10% em planos de saúde
- Aprovado em Plenário projeto que cria a Política Nacional para Doenças Raras

## Câmara dos Deputados

### Roraima

- Comissão de Orçamento vota MP que destina R\$ 190 mi para acolher venezuelanos

### Administração Pública

- Projeto prevê que salário do servidor cedido seja pago por órgão de origem
- Projeto pune agente público que agir de má-fé ao lavrar autos de infração

### Cível

- Administrador de empresa poderá responder por danos a sócios e a terceiros
- Projeto altera novo CPC para manter rito mais rápido de determinadas causas
- Proposta autoriza pessoas viúvas a retomarem o nome de solteiro
- Condenado a pagar pensão alimentícia poderá ter de comunicar novo empregador sobre desconto

### Consumidor e Cidadania

- Proposta proíbe provedor de internet oferecer velocidade menor que a contratada
- Projeto obriga concessionárias de telecomunicações a manter sigilo de dados de clientes
- Projeto amplia direito de indenização a consumidor que encontrar corpo estranho em alimento

### Crime e Segurança Pública

- CCJ aprova criação da Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública
- Comissão especial discute substitutivo ao projeto que atualiza o Código de Processo Penal
- CCJ aprova prazo para pedido de progressão de regime do preso

- Lei cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública
- Proposta cria acesso público a dados de condenado por pedofilia
- Projeto acaba com possibilidade de atenuar pena por desconhecimento legal
- Projeto regulamenta prisão domiciliar para gestantes e mães de crianças
- Proposta disciplina uso de drones por órgãos de segurança pública
- Projeto retira exigência de dedicação exclusiva para que servidor penitenciário porte arma
- Prazo para prescrição de sentença em caso de reincidência criminal pode ser maior
- Proposta muda regras de suspensão condicional de pena

### **Diversos**

- Conselho de Comunicação Social analisará projeto sobre tratamento de dados pessoais
- Proposta autoriza entrada de advogados em fóruns e tribunais sem revista
- Constituição de 88: os princípios da República e a atuação do País no cenário internacional
- Projeto proíbe restrições à posse privada antes de concluído processo de demarcação de terra indígena
- Estágio supervisionado de estudante de Direito poderá passar a ser de três anos
- Projeto quer transformar em lei Plano Nacional de Assistência Social
- Projeto inclui o botijão de gás entre os itens da cesta básica

### **Educação**

- Educação aprova flexibilização de frequência escolar para alunos com deficiência
- Projeto determina que toda nova escola pública de educação básica tenha biblioteca

### **Infância e Juventude**

- Comissão aprova possibilidade de conselheiros tutelares serem reeleitos mais de uma vez
- Projeto proíbe governo de liberar verba para eventos que exponham criança a constrangimento
- Projeto afasta suposto abusador de criança até ela completar 12 anos
- Projeto obriga hospitais a darem publicidade a direitos de crianças e adolescentes hospitalizados
- Projeto assegura abrigo para jovens em situação vulnerável até os 21 anos
- Hospitais podem ter que disponibilizar identificação digitalizada de recém-nascidos a autoridade policial

**• Meio Ambiente**

- Congresso recebe medida provisória que altera marco legal do saneamento básico
- Meio Ambiente aprova destinação de recursos do Fundo Clima para campanhas de conscientização
- Meio Ambiente aprova política de incentivo à reciclagem
- Projeto dá desconto de 70% em multas ambientais em troca de serviços de recuperação de APPs
- Projeto fixa prazo de cinco anos para interromper produção de cloro com células de mercúrio
- Câmara analisa projetos com orientações opostas sobre o uso de agrotóxicos

**Pessoa com Deficiência e Idoso**

- Debatedores cobram aplicação efetiva de leis de proteção ao idoso
- Comissão aprova exigência de que hotéis adaptem 10% dos quartos para pessoas com deficiência
- Projeto garante a idoso usuário do SUS acesso a tratamentos idênticos aos oferecidos a paciente particular
- Homicídio cometido contra idoso poderá ter pena maior

**Processo e Justiça**

- Câmara amplia prazo para recurso contra recusa de mandado de injunção
- CCJ aprova projeto que muda contagem de prazo para atos processuais em juizados especiais
- Câmara aprova criação de juizados especiais criminais digitais
- Câmara inclui na lei autorização de envio de petições judiciais por correio eletrônico
- Projeto permite que tutela provisória seja pedida em sustentação oral
- Proposta quer impedir que magistrado julgue chefe do Executivo que o nomeou

**Saúde**

- Seguridade aprova criação de plano de longo prazo para saúde pública
- Ciência e Tecnologia aprova letra legível em receitas e exigência de princípio ativo de remédio
- Pacientes terminais poderão recusar procedimentos de suporte de vida
- Projeto obriga divulgação na internet de estoques de medicamentos de farmácia pública
- Pacientes com doenças crônicas poderão receber medicamentos pelos Correios